

RESUMO/ ABSTRACT

HISTÓRIA DA ÁFRICA NO BRASIL

Este artigo destaca obras dos principais estudiosos de Estudos Africanos, oferecendo uma síntese do processo de constituição da História da África, no Brasil. Tem como eixo o tráfico de escravos e as dinâmicas sociais e culturais próprias da complexa interconexão entre as duas margens do Atlântico.

Palavras-chave: história da África; estudos africanos; historiografia; tráfico atlântico; interconexões culturais.

HISTORY OF AFRICA IN BRAZIL

This article detaches works of the main scholars of African Studies, offering a synthesis of the process of constitution of the History of Africa, in Brazil. Its axle is the traffic of slaves and the social and cultural dynamic proper of the complex interconnection between the two edges of the Atlantic.

Keywords: history of Africa; African studies; historiography; Atlantic traffic; cultural interconnections.

HISTÓRIA DA ÁFRICA NO BRASIL

Leila Leite Hernandez

Professora Doutora do Departamento de História

Universidade de São Paulo-USP, São Paulo-SP

leila.h@uol.com.br

Há uma polifonia de interpretações sobre a Diáspora, definida como um conjunto de processos de deslocamentos populacionais, do século XV ao XIX, formado por muitos milhões de africanos de diferentes lugares e povos das Áfricas (ocidental, central, meridional e oriental), vendidos como escravos para as Américas, onde redefiniram suas culturas e identidades, inventando mundos novos. Esse fenômeno de longa duração, historicamente plural e aberto, muitas vezes sinalizador do poder europeu-atlântico, nem sempre esteve nos livros de história, mas se fizeram presentes na literatura brasileira desde o século XIX. Lembro duas obras que podem ser consideradas grandes marcos de como a literatura flerta com a história, *O cortiço*, de Aloísio Azevedo (1890), e *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro (1984). Em ambas, o nosso passado não se limita às elites: mestiços, mulheres e negros ganham voz, desnudando o processo excludente da reinvenção da nação e da identidade nacional de um Brasil que mesclava (e ainda mescla) coerção econômica e patriarcalismo.

Nesses 100 anos, em diferentes conjunturas, o “povo” brasileiro, seguindo ou não recortes regionais, foi apresentado sob o manto do conservadorismo ou da insubmissão, como em obras de Oswald de Andrade (autor do protótipo do romance moderno), Mário de Andrade, Jorge Amado e Graciliano Ramos. De qualquer modo, mesmo que pelas bordas, o escravismo foi reconstruído, deixando clara sua presença e os seus desdobramentos nas entranhas do dia-a-dia da formação da sociedade brasileira.

É sabido que literatura e história são dois campos de produção textual, guardando especificidades: o romance e a poesia enquanto formas culturais de um sistema de obras marcado pela polivalência dos autores apresentam uma representação imaginário-ficcional da história. Esta, como ressalta Roger Chartier, não pode se reduzir a uma atividade literária. História e Literatura são duas formas de narrativa e integram conhecimentos especializados.

Em outras palavras, os acontecimentos históricos não determinam os fatos literários reduzindo-os a reflexo daqueles. Ambos fazem parte de uma ambiência histórica que ensejam múltiplas associações entre Literatura e História, que ora se entrelaçam, ora se distanciam, sem abrir mão dos conhecimentos especializados. Este artigo reduz-se a uma breve apresentação, pontuando estudos que expressam momentos de redescoberta de temas e questões que reveem ou reafirmam valores em vários momentos culturais, criando possibilidades para a formação de um campo de conhecimento, de História da África. Penso assim, colaborar para algumas aproximações entre História e Literatura.

Nos últimos vinte anos do século XIX, a questão da nacionalidade no Brasil era tratada pelos distintos campos acadêmicos, no âmbito de um paradigma de modernidade que celebrava o progresso e a civilização ocidental, hierarquizando e classificando homens e nações. Nesse contexto, marcado por um biologicismo ancorado na Medicina Legal, o substrato teórico era a ideia de que as raças – branca, amarela, vermelha e negra –, tinham diferentes níveis de evolução. O conhecimento reconhecido como científico sustentava o princípio não razoável de que as diferenças equivaliam às desigualdades.

No contexto local, o negro continuou a ser colocado como “objeto da ciência”, o que ainda aparece em 1932, no Prefácio que Homero Pires elaborou para um dos grandes clássicos das Ciências Humanas no Brasil: *Os africanos no Brasil*, de Nina Rodrigues.

Com influência de um racionalismo com marcas do culturalismo de Franz Boas, Pires defendeu a ideia que os africanos e seus descendentes deveriam ser tratados com critérios “científicos”, a partir dos quais suas características biológicas, articuladas às aptidões intelectuais e atribuições morais, legitimavam a classificação e a hierarquia entre as raças e a condenação da mestiçagem, alimentando o imaginário social de um Brasil que se reinventava como Nação. Não é de estranhar que essa ótica equivocada em que as teorias científicas se combinavam com a hierarquia social pré-existente tenha sido acrescida de lacunas do conhecimento, perdendo-se em generalizações de histórias particulares de povos, lugares, processos sociais e dinâmicas culturais da costa Atlântica para toda a “África Negra”.

O deslocamento crescente da centralidade da raça para o da cultura estendeu-se dos anos 1930 para os de 1940, décadas nas quais a produção intelectual apresentou um novo patamar de reflexões analíticas sobre a formação da cultura popular e da identidade nacional. Foram momentos em que os estudos sobre o povo brasileiro ganharam diferentes direções.

Fundador dos estudos africanos no Brasil, Nina Rodrigues, articulando empiria e análises teóricas, capturou os polos de difusão demográfica e cultural reveladores da presença da África no Brasil e do Brasil na África. Inseriu a captura e a escravização como próprias da dinâmica interna do continente africano e identificou os descendentes de africanos (escravos, livres e libertos) vindos para o Brasil, como minas da Costa da Mina (atual Golfo da Guiné), iorubas da Nigéria, ewes e jejes da Costa do Ouro, do Daomé e Togo, achantis de Gana, haussás e mandingas do Sudão e negros bantos de Moçambique.

Registrou a constância de vínculos próprios dos movimentos de ex-escravos e libertos da Bahia para alguns pontos da costa atlântica africana, de São Luís, no Senegal até o Gabão, em particular em regiões do Daomé, Togo, Costa do Ouro e Nigéria.

Com simplicidade, contou como a proibição do tráfico e as crescentes dificuldades para o comércio clandestino, homens como os brasileiros Domingos José Martins e Francisco Félix de Souza (que teve como aliado o rei Ghezo, do Daomé), fizeram vicejar o comércio de produtos africanos como cauris, panaria, noz-de-cola, sabão-da-costa e dendê e o de artigos brasileiros como o ouro, o tabaco, a cachaça, e acabaram por fixar raízes e constituírem suas famílias, criando as chamadas “comunidades brasileiras” que perduram até hoje em Gana, no Togo, na Costa do Marfim, no Benin e na Nigéria.

Ao enlaçar raça e nacionalidade, Nina Rodrigues desenhou uma geografia histórica que ligava as duas margens do Atlântico como partes do cenário de uma cultura nova, fortemente marcada por um substrato negro, preconizando a importância da história da África para o entendimento do tráfico e da escravidão e dos seus desdobramentos no Brasil, salientando os costumes, símbolos, ritos e práticas religiosas próprios da cultura e das sociabilidades que caracterizaram o cotidiano dos africanos em sociedades assemelhadas, nas duas margens do Atlântico. Ao observar que na Bahia, os africanos fizeram parte de uma sociedade calibrada pelas várias formas de relação com o sagrado, de maneira distinta, mas complementar, Nina Rodrigues tratou o culto dos orixás, as práticas e os rituais católicos e os espaços das manifestações festivas da minoria de muçulmanos, como redutos de compromisso, acomodação, expressão de descontentamentos ou mesmo de organização de movimentos de rebeldia dos escravos.

A percepção brasileira de Nina Rodrigues sobre os africanos no Brasil fez de sua obra um marco de fundação das investigações sobre as sobrevivências das manifestações religiosas de escravos e libertos, muitas vezes violentamente reprimidas, relacionando-as com cultos da costa ocidental africana que ao sacralizar a investidura do poder, conferia legitimidade aos soberanos. Nesse registro, marcando a importância da presença do islame entre os africanos no Brasil, tema retomado quase meio século depois, sugeriu que a compreensão das possíveis origens da rebelião baiana de 1835 estaria na *djihad*

liderada pelo maometano *Tsuman dan Fodio*, na Senegâmbia, tema retomado de forma brilhante, na década de 1980, por João José Reis (1986).

Estavam fundados os estudos africanos no Brasil e posta a relevância da História da África para o estudo da Diáspora. Também vale a pena lembrar que a obra de Nina Rodrigues, precedida pelos estudos etnográficos de 1914, de Cláudio Affonso, foi seminal para vários pesquisadores na área do folclore e da etnografia no Brasil, que se debruçaram nas maneiras de ser e de viver dos africanos e seus descendentes, destacando tradições, danças, músicas, religiosidades, costumes, técnicas de trabalho, vestimentas e culinária. Cito Edson Carneiro – que em 1946 tornou público o seu estudo sobre o quilombo dos Palmares –, Arthur Ramos, Mário de Andrade e, em 1965, Luiz da Câmara Cascudo com o seu notável *Made in África*, fundamental para os estudos africanos.

Semelhante à abordagem de Arthur Ramos e de Thales de Azevedo, Gilberto Freyre, superando o racismo doutrinário, tratou das estruturas familiares e de poder, que se repetiram sempre que puderam, como local privilegiado do Brasil como um “laboratório de civilização” e de “democracia racial”.

Em uma obra precursora e brilhante, ofereceu uma análise das complexidades dos processos históricos e das dinâmicas culturais relativos à mestiçagem na formação do Brasil na contemporaneidade. “Com nítida influência de Franz Boas e de Melville Herkowitz, consagrou a mestiçagem como fruto de uma doce assimilação humana e cristã em que os negros – na sua maioria fula e haussá” – mesclados de sangue hamita –, teriam sido “amaciados, urbanizados, polidos pela Bahia”, participando ativamente da construção de um mundo mestiço, “o mundo que o português criou”.

A história social da escravidão de Freyre é um campo da cultura e da interação social presente no processo da reconstrução de um discurso que parte da instabilidade econômica e de uma sedimentação social fluida, própria do processo de desagregação de um sistema escravocrata que facilitou a miscigenação. Ao ter presente a dinâmica da africanização e da desafricanização, Freyre voltou seu olhar para as mestiçagens e trocas culturais e simbólicas que costuraram as diferenças, resultando em complexas formas de adaptabilidade.

Deliberadamente, Freyre escolheu como foco de análise as sociabilidades festivas, as festas e os ritos da vida coletiva, onde se conjugaram costumes e valores de formas populares de viver a religiosidade popular no Brasil-colônia, registrando sobrevivências africanas como um dos aspectos do “exteriorismo religioso” e do “cristianismo de fachada”. Estava posto o grande tema das formas populares de viver a religiosidade, desenvolvidos por importantes pesquisadores em diferentes registros e com várias perspectivas metodológicas. Cito Roger Bastide nos anos 1950 e, três décadas depois com diferentes abordagens e temas, os historiadores João Reis, Flávio Gomes, Laura de Mello e Souza e Reginaldo Prandi.

Em sua notável *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal* (1981), mas também em *Sobrados e mocambos* (1984) e em outros opúsculos marcadamente ideológicos, Freyre teceu a cultura à vida material e ao cotidiano da Bahia, desenhando a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal, núcleo de uma “democracia social, essencial, humana” onde o preconceito racial praticamente inexistia. Esta análise interpretativa levou à construção do mito da democracia racial, um dos grandes temas tratado, em especial desde o pós II Guerra, por grandes pesquisadores das várias áreas das Ciências Humanas, como Donald Pierson, Roger Bastide, Florestan Fernandes, Clóvis Moura, Kabengele Munanga e por Sérgio Guimarães.

Sob o impacto do pós II Guerra Mundial, que trouxe o embate entre fascismo e democracia, um segundo grupo de trabalhos ensaísticos, em diferentes grades interpretativas, renovou a importância das reminiscências não superadas do passado colonial. Os pensadores brasileiros propuseram pensar a realidade brasileira propondo compreender as complexidades dos processos históricos e das dinâmicas culturais próprios da formação do Brasil na contemporaneidade com análises estruturais voltadas para identificar os aspectos econômicos e políticos do tráfico atlântico e da escravidão, como determinantes para a formação da estrutura econômica e da vida social de um Brasil marcado pelo subdesenvolvimento e por uma sociedade desigual que representava a si própria como nacional.

É nesse âmbito que estudos com ricas observações empíricas e repletas de implicações teóricas trataram do capitalismo e da escravidão em regiões diferentes do Brasil. A diversidade de enfoques de sociólogos, antropólogos e historiadores analisam, de diferentes ângulos, aspectos específicos da sociedade brasileira e apontam para os padrões estruturais presentes na constituição e desagregação da sociedade escravocrata e sua relação com o espaço cultural dos africanos vindos para o Brasil. Dou o exemplo de Caio Prado Júnior e de Sérgio Buarque de Holanda cujas obras feitas na década de 1930 ganharam reconhecimento acadêmico cerca de três décadas depois.

No longo período do pós II Guerra Mundial aos anos de 1980, o pensamento social no Brasil revelou a interdisciplinaridade e o caráter ensaístico de um conjunto de temas, abordando inúmeras dimensões da vida social, sem cair em um todo indiferenciado em que se abole a singularidade. Envolveu a construção sistemática dos estudos sobre a natureza do “antigo sistema colonial”, o tráfico, a escravidão, a mestiçagem, os sincretismos culturais (destacando a religiosidade popular), as resistências e as revoltas escravas. Também destacou o tema das relações raciais no Brasil, que, mesmo com as ambiguidades decorrentes do conceito generalizante de classe social ancorado em teorias da Escola da Chicago e na sociologia weberiana, possibilitou que a suposta “democracia racial” se tornasse um problema de pesquisa, desenvolvido com deslocamento da ênfase tradicional, por Antonio Sérgio Guimarães.

Também destaco: Maurício Goulart, Donald Pierson, Thales de Azevedo, Clóvis Moura, José Honório Rodrigues, Celso Furtado, Jacob Gorender, Roger Bastide, Costa Pinto, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Ciro Cardoso, Fernando Henrique Cardoso, Clóvis Moura, Ieda Pessoa de Castro, Pierre Verger (editado no Brasil só em 1987), Peter Fry e Carlos Vogt (com pesquisa empírica entre 1978 e 1981), Kátia Mattoso, Emília Viotti e Fernando Novais.

Mas foram de José Honório Rodrigues e de Pierre Verger as reflexões sobre a presença da África no Brasil e do Brasil na África que deram impulso aos Estudos Africanos no Brasil. Historiador consagrado, autor de cerca de trinta livros, Honório Rodrigues, na sua obra *Brasil e África: outro horizonte*, em 1964 já na segunda edição, registrou o seu pensamento sobre a sociedade brasileira como mestiça em termos étnicos e culturais (não sem apresentar contundentes críticas à “ideologia do mulatismo”), despidendo-a do equivocado “caiação” da europeização brasileira.

Pesquisador erudito e arquivista de reconhecido mérito, utilizou uma importante documentação e um balanço historiográfico, sustentando a ideia de que redescobrir o Brasil significa reconhecê-lo como colonizado pela África. Até porque do século XVII ao XIX, foram mais intensos e diretos os processos históricos e culturais de lugares e povos de Angola, Daomé, de alguns pontos da Costa da Mina e da Guiné muito mais articulados ao Brasil do que com Portugal.

Historiador de ofício, José Honório Rodrigues tratou, de maneira sistemática e fundamentada, os condicionamentos mútuos de processos articulados entre Brasil e África, considerando a história do tráfico e da escravidão como partes da história do Atlântico. Com esta perspectiva, apontou a relevância de considerar a origem social da sociedade e a origem política do poder como aspectos de uma complexa interconexão de povos de diferentes lugares no próprio interior do continente africano.

Como Gilberto Freyre no artigo “Acontece que são baianos”, referiu-se aos agudás ou amarôs e salientou os compromissos, as disputas e as alianças de reis e príncipes da região da Costa da Mina e da Guiné com franceses, ingleses e brasileiros, alterando o equilíbrio das relações de poder. Apontou ainda, o papel de libertos africanos que voltaram à África e prosperaram com o tráfico negro.

Nesta perspectiva, apontou não só o envolvimento de africanos da Costa no tráfico clandestino de escravos como, após 1850, a união de várias comunidades de agudás para combater as posições do tráfico negro, situação que se modificou com a proibição, a forte diminuição do tráfico clandestino e sua conversão ao comércio lícito, que acabou por transformá-los em agentes ou funcionários de grandes casas europeias, além de aumentar, de forma substancial, a comunidade brasileira.

Ao se preocupar com os múltiplos aspectos dos africanismos que sucumbem à construção ideológica de uma África miticamente homogênea, reforçou e sugeriu um leque de questões que ali-

mentou inúmeras pesquisas nas quatro décadas subsequentes. Além disso, conferiu densidade a uma história diplomática de dimensão atlântica que tem continuidade nos dias de hoje, em particular, com Fernando Mourão, José Flávio Sombra Saraiva e Alberto da Costa e Silva.

Por sua vez, em uma extensão espacial mais próxima das histórias particulares, o tema das relações entre a Bahia e o Daomé esteve no centro das reflexões dos textos de: Antonio Olinto, J. F. de Almeida Prado e de Yeda Pessoa de Castro, ainda que a obra reconhecidamente clássica sobre o tema seja a monumental *Fluxo e refluxo: a diáspora africana*, editada no Brasil cerca de vinte anos depois das edições francesa e inglesa. Fruto de duas décadas de cuidadosa pesquisa de campo cujos dados coletados receberam tratamento antropológico, Verger analisou a reciprocidade das múltiplas relações entre Brasil e África no que se refere aos aspectos geográficos e humanos interconectando as histórias das duas margens do Atlântico.

Verger descreveu a intensidade do fluxo e do refluxo desde a intrincada rede do tráfico, com ênfase no comércio clandestino a partir de relatos de traficantes, viajantes e cônsules identificando reis africanos exportadores de escravos por conta própria ou em sociedade com traficantes brasileiros (sobretudo com o Chachá), no contexto de disputa com os ingleses. Voltou-se para o tema da singularidade histórica da África e dos africanos, suas diferentes dinâmicas e temporalidades e os seus ritmos próprios, tratando das condições de vida dos escravos, da legislação, das revoltas e rebeliões na Bahia (com destaque para a de 1835), das formas de emancipação e do retorno à África. Em especial, analisou as manifestações das relações dos africanos com o sagrado nos dois lados do Atlântico, enriquecendo os estudos clássicos de Roger Bastide sobre o sincretismo entre os orixás e os santos católicos (BASTIDE, 1971). E, ao salientar o substrato negro que está impresso em diversas formas culturais tocou, ainda que de forma transversa, no permanente debate sobre a cultura brasileira e a identidade nacional.

A obra de Pierre Verger foi seminal para vários pesquisadores que, com diferentes abordagens, desdobraram o tema abrangente do “fluxo e refluxo”, destacando-se as pesquisas de Manuela Carneiro da Cunha (1985) e de Milton Guran (2000). A proposta principal de ambos é compreender as particularidades do processo histórico que condicionaram a Diáspora e a volta de escravos libertos à África. Para Carneiro da Cunha, a interconexão dos processos e das relações estabelecidas nas duas costas do Atlântico configurou na sua feliz expressão, uma “diáspora mercadora”.

Já Guran, mais claramente tributário da obra de Verger, estabeleceu uma ligação entre a fotografia como principal fonte documental no campo da antropologia e fez uma análise centrada na construção social das identidades dos “agudás”, os brasileiros do Benin, como substrato negro de uma cultura nova.

Nos últimos quarenta anos, com a ampliação e o aprofundamento das pesquisas de fontes documentais, foram sensíveis as mudanças na historiografia brasileira sobre a História do Atlântico enriquecida por novas abordagens, novos temas e objetos com vários recortes das dimensões econômicas e socioculturais próprias do caráter plural da sociabilidade do escravismo no Brasil e suas implicações.

Há um número crescente de importantes estudos das décadas de 1970, 1980 e 1990 que passaram a realçar a importância de uma história do mundo atlântico, para os quais foram primordiais as reflexões de brasileiros – já referidos nestas breves considerações – e os diálogos que estabeleceram com pesquisadores estrangeiros, como Karasch, Phillip Curtin, Herbert Klein, Joseph Miller, Paul Lovejoy, Claude Meillassoux, Patrick Manning e Catherine Vidrovich, os quais apresentaram registros do comércio negreiro e do fluxo demográfico, mostrando estimativas dos africanos entrados em nosso país até a extinção do tráfico. Esses estudos contribuíram para que se constituísse uma sólida linha de pesquisa demográfica, econômica e cultural, articulando dados quantitativos com análises qualitativas que deram ênfase a história de uma África que é vária.

Foi esse o principal desafio do reconhecido historiador Manolo Florentino (1995). Enfrentou-o com análises criteriosas de obras com diferentes abordagens teóricas – notadamente o estudo pioneiro de Marcelo Goulart (1975) –, que lhe permitiram fazer um balanço dos estudos relativos ao tráfico atlântico, salientando as insuficiências de suas explicações, em especial, no que diz respeito à organicidade da produção social do cativo na África e o comércio negreiro para o Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX.

Com domínio da bibliografia que o tema demandava e uma ampla pesquisa de fontes documentais, articulou pesquisa quantitativa e análises qualitativas, o que resultou no desvendamento do tráfico – especificamente para o Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX –, enquanto mecanismo derivado de conflitos de políticas internas dos estados africanos como uma explicação necessária acerca da proveniência, quantidade, perfil etário e dos estamentos aos quais pertenciam os escravos exportados, como aspectos fundamentais para a compreensão da contínua elasticidade da oferta de mão-de-obra e da garantia de seu baixo custo.

Ao formular problemas e aprofundar as análises sobre as condições internas da África, o historiador Manolo Florentino fez uma comparação em volumes globais e em termos relativos entre o tráfico Atlântico e o saariano em diferentes períodos. Identificou seis regiões fornecedoras de escravos e destacou os portos de embarque da África Ocidental e da região congo-angolana, e os lugares de desembarque em países das Américas e, residualmente, em países da Europa e no próprio litoral africano, em particular do norte para o sul do Equador. Também destacou o número dos escravos provenientes de regiões da África Oriental, sobretudo de Moçambique para o Brasil.

Em poucas palavras, a pesquisa de Florentino contribuiu de forma significativa para o aprofundamento histórico de um tema complexo que continua a ser explorado.

Cabe observar que a revisão e a ampliação de enfoques com um amplo escopo de temas e periodicidade definida, formulação de problemas e fontes congruentes abriram novas possibilidades interpretativas, o que se reflete na produção dos pesquisadores que fazem parte de um esforço deliberado para consolidar a complexa temática da singularidade da África e dos africanos. Integram este grande conjunto os estudos que tratam das trocas comerciais (sobretudo as que envolveram o tráfico Atlântico), da circulação de ideias, dos modos de vida e das criações identitárias enlaçadas às manifestações culturais, e das resistências.

Destacam-se, em particular, Luís Filipe de Alencastro (2000), Selma Pantoja (1988), Peter Fry Carlos Vogt (1997), Robert Slanes (1991), Mariza Soares (2000), João José Reis (1986; 1988) e Flávio dos Santos Gomes (1996).

Mas, e acredito que seja consenso, merece registro especial, a obra fundamental de Arthur da Costa e Silva. As suas pesquisas têm iluminado os nossos trabalhos dos quais todos nós, pesquisadores, docentes e alunos, somos devedores. Ao apresentar a África no Brasil e o Brasil na África, os seus trabalhos suprem várias lacunas do conhecimento de História da África. Para além, suas silenciosas reflexões perpassam o conhecimento do saber histórico, efetuando rupturas com pré-noções e preconceitos próprios de um olhar eurocêntrico que, não raro, vitimiza os africanos, reiterando as diferenças como desigualdades.

Também vence as emboscadas próprias de pares dicotômicos, tais como: “África tradicional”, profunda, verdadeira e África “moderna”, contaminada pelos europeus que promovem rupturas na estabilidade de seus “povos”. Em outros termos: *A manilha e o libambo: a África e a escravidão – de 1500 a 1700* (SILVA, 2002); *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses* (SILVA, 2006); e *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África* (SILVA, 2003) são marcos de uma ruptura com a “nova consciência planetária” que alimenta o imaginário do Ocidente desde a segunda metade do século XVIII.

Com erudição, considera os deslocamentos, os confrontos e o conjunto de aspectos próprios das culturas materiais e imateriais de uma África que é vária e em constante movimento, por um conjunto de razões internas à própria África, incluindo os contatos e intercâmbios culturais feitos com europeus e orientais, entre outros, chineses, indianos, árabes e libaneses.

Seria impossível, nos limites deste artigo, ir além de alguns pontos para debate. Reitero que meu objetivo foi repassar, ainda que de forma incompleta e inacabada, alguns dos principais estudos e pesquisas que integram um conhecimento que sublinha a importância da História da África para uma análise mais criteriosa sobre a Diáspora e os seus desdobramentos.

Concordo com o historiador Paulo Fernando de Moraes Farias, reconhecido pesquisador por seus valiosos trabalhos de campo sobre os impactos do islã, em particular, na região ocidental africana. Observa Farias que os estudos sobre a África no Brasil já se “levantaram há alguns anos e andam em pé”. Este trabalho registra essa nova realidade.

Referencias bibliográficas

ALENCASTRO, L. Filipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneira; Editora da USP, 1971.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Made in África*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros e escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 8ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. [1ª edição: 1933].

_____. *Sobrados e Mucambos*. 6ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. [1ª edição: 1936].

FRY, Peter; VOGT, Carlos. *Cafundó: a África no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GOULART, Maurício. *A escravidão africana do Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

GURÁN, Milton. *Agudás: os “brasileiros” do Benin*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

KARASH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PANTOJA, Selma; SARAIVA José Flávio Sombra (org.). *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988.

REIS, João José. “Um balanço dos estudos sobre as revoltas escravas na Bahia”. In: REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RODRIGUES Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional (Brasiliana), 1932.

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

_____. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Ed. UFRJ, 2003.

_____. *A manilha e o libambo: A África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

SLANES, Robert W. “Malungu, Ngoma vem!”: África encoberta e descoberta no Brasil”. São Paulo, *Revista USP*, nº 12, dez.-jan.-fev. 1991.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.

Recebido em 14 de setembro de 2010

Aprovado em 14 de outubro de 2010

